

CADERNOS
PROARQ 18

ANGELA MARTINS NAPOLEÃO BRAZ E SILVA

Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império

Planning and foundation the first city in Brazil Empire

Angela Martins Napoleão Braz e Silva é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Prof^a. Assistente do Curso de Arquitetura vinculado ao Departamento de Construção Civil e Arquitetura, do Centro de Tecnologia, da Universidade Federal do Piauí.
angelanapoleaobraz@gmail.com

Angela Martins Napoleão Braz e Silva is PhD in Architecture and Urbanism, Federal University of Bahia, Masters in Urban Development, Federal University of Pernambuco, Assistant Professor at the Architecture Course linked to the Department of Construction Industry and Architecture of the Technology Center, Federal University of Piauí.
angelanapoleaobraz@gmail.com

RESUMO

Oriundo de pesquisa desenvolvida para fundamentar a tese de doutorado da autora sobre a lógica da modernização e do crescimento da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, este artigo trata da fundação da cidade de Teresina -, que, embora pouco estudada do ponto de vista urbanístico, tem muita importância na história do urbanismo brasileiro, por se tratar da primeira cidade-capital planejada e construída no período do Império. O texto se concentra nos aspectos particulares do planejamento da cidade, mediante uma abordagem que considera fontes primárias e a literatura técnica sobre a prática urbanística portuguesa.

Palavras-chave: Cidade de Teresina; História da cidade; Planejamento urbano; Construção de cidade.

ABSTRACT

Originally developed to support the author's doctoral thesis about the logic of modernization and growth of the city of Teresina, Piauí State, this article deals with the founding of the city of Teresina - which, though little studied from the urban point of view, has great importance in the history of Brazilian housing, because it was the first capital city planned and built in the empire period. The text focuses on particular aspects of city planning through an approach that considers primary sources and technical literature on the Portuguese urban practice.

Keywords: City of Teresina; History of the city; Urban planning; Construction of city.

A essência das ações urbanísticas no Brasil Colonial deveria constituir base técnica que auxiliasse a administração do Brasil (REIS FILHO, 1994) e entre essas ações se inclui a criação de novas cidades. Teresina foi a primeira capital planejada e construída sob o regime imperial, mas a história de sua fundação e as características de seu planejamento tem elementos próprios das ações urbanísticas do Brasil Colonial.

Sua concepção documentada em discurso oficial e a representação gráfica do plano inicial, disponíveis para pesquisa, indicam que a forma urbana de Teresina, capital do Piauí, é o resultado da rigorosa legislação portuguesa para criação de vilas e cidades coloniais brasileiras. Embora seja uma ocorrência do século XIX, o planejamento de Teresina retoma a aplicação de alguns dos mesmos princípios utilizados na reconstrução de Lisboa. Esta peculiaridade estabelece um vínculo formal com a capital de Portugal e fornece um indício de que Roberta Delson (1997) estava certa ao afirmar que o programa urbano português experimentado no século XVIII tinha sido exitoso.

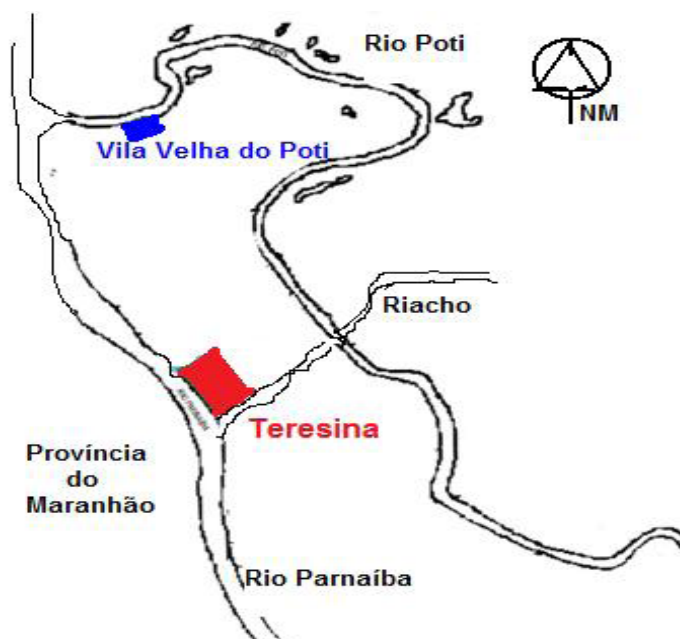
O modelo urbano português se caracteriza por apresentar linhas retilíneas, regularidade de volume, rigidez geométrica e concentração dos poderes estabelecidos – governo, justiça – no entorno da praça principal. Diferentemente de Lisboa, um terceiro poder se estabeleceu na praça principal em Teresina: a religião, que assumiu importante papel na ocupação da cidade e esteve relacionada à implantação da igreja matriz na Praça Deodoro da Fonseca.

Tais características indicam um padrão espacial com dimensionamento de traçado e agrupamento tipológico que podem ser observados na forma e métrica das praças centrais das cidades coloniais brasileiras. Esses mesmos princípios também estão presentes no plano de Teresina, indicando a influência do modelo português. O fato de ser repetido um século depois apenas confirma a aplicabilidade dos princípios urbanísticos da escola portuguesa.

Entretanto, as circunstâncias políticas e econômicas percebidas no discurso de Saraiva (1850; 1852) poderiam indicar que o planejamento de Teresina é obra das circunstâncias e resultado da rapidez com que a cidade precisava ser construída. Mas as evidências técnicas contestam esse argumento. Para isso, basta considerar que a regularidade de seu traçado é consequência da necessidade de se reduzir custos de implantação e de tempo. E é certo que a regularidade presume uma facilidade técnica, mas ela depende da seleção de um sítio adequado topograficamente, o que exige planejamento. Ou seja, a fundação de Teresina é uma questão técnica de geografia e topografia, mas seu planejamento tem alguns aspectos ainda não esclarecidos.

A história urbana de Teresina trata a transferência da capital como uma ação urbanística de grande envergadura (D'ALENCASTRE, 1857, p. 116). Importava na criação de uma cidade com sentido de capitalidade. Sob essa condição, a nova cidade deveria dispor de edifícios adequados ao funcionamento de todas as repartições fiscais e estabelecimentos públicos e deveria abrigar uma população numerosa, formada pelos operários que construiriam a cidade, pelos governantes e funcionários públicos com suas famílias provenientes de Oeiras, além dos habitantes da Vila do Poti, que, segundo se diz, em 1841 viviam em 2.849 “fogos” distribuídos em 16 quarteirões (D'ALENCASTRE, 1857, p. 80-81), ansiosos por um lugar salubre e livre do risco de inundações dos rios Poti e Parnaíba.

Conforme o Livro de Registro de Ofício da Presidência nº 404 (PIAUI, 1850-1854, p. 56), a nova capital deveria se constituir em instrumento adequado à estratégia política e ao desenvolvimento do Piauí. Como tal, a escolha do local para a implantação do núcleo urbano foi criteriosa. Os cuidados dedicados a essa operação denotam uma prática corrente da urbanística portuguesa.



Mapa 4

Localização do terreno escolhido para a implantação da cidade de Teresina. Fonte: Croquis da autora.

Definido que a nova capital seria erguida na região da Vila do Poti, o presidente da província, José Antônio Saraiva, fez uma escolha acurada do sítio. Conforme descrição de D'Alencastre, seu secretário de governo à época, o sítio escolhido se apresentava adequado aos propósitos de desenvolvimento da província (D'ALENCASTRE, 1857, p. 116).

O lugar ideal para a construção da nova cidade – denominado Covas – foi escolhido de acordo com alguns critérios. Evitar áreas sujeitas a inundações foi um deles. Por isso foi escolhida uma área à margem do Rio Parnaíba, com cota acima do nível do rio, mais elevada que a da região de confluência dos rios Parnaíba e Poti, onde se situava a Vila do Poti. A área considerada ficava distante uma légua do assentamento original da Vila do Poti, ao sul da Barra do Poti (D'ALENCASTRE, 1857), em um ponto onde era possível descer o plano inclinado da chapada ao Rio Parnaíba, sem atravessar qualquer lagoa ciliar (MONTEIRO, 1987a, p. 28).

Em correspondência enviada ao ministro de Negócios do Império, Saraiva destacou a boa situação geográfica da região, sua centralidade em relação à província, a salubridade, a proximidade com o Rio Parnaíba, o fato de ser o município mais agrícola da província e a única vila cujos habitantes se comprometeram “[...] a habilitar-se em menos tempo para possuir a Capital da Província”, tendo em vista que o tesouro provincial dispunha de poucos recursos (CHAVES, 1998, p. 175) e não poderia arcar com as despesas necessárias à transferência da capital.

Entre as vantagens do local escolhido, cita-se: as facilidades de se utilizar o Rio Parnaíba como meio de navegação para concretizar as relações políticas e comerciais¹; a topografia do local, favorável à implantação da cidade, pois dispensava grandes custos – era uma chapada coberta de vegetação rasteira, solo em capim e faveiras (MONTEIRO, 1987b); a morfologia regular estendia-se por quatro léguas quadradas (FREITAS, 1988), adequando a região ao propósito em

¹ Ressalte-se que o comércio era a vocação natural do aglomerado localizado na Barra do Poti.

termos de dimensões; a única irregularidade existente – o declive para o rio – e a distância entre o local escolhido e a Barra do Poti (FREITAS, 1988) protegeriam a região contra inundações; o terreno, em parte pedregoso e em parte argiloso, forneceria matéria-prima apropriada à construção das edificações; e, por fim, não havia embaraços quanto à questão da propriedade do terreno, pois a área em questão pertencia a um único proprietário, o coronel Francisco da Cunha Castello Branco, abastado fazendeiro da cidade de Campo Maior (CHAVES, 1998). A existência de apenas um proprietário era ponto favorável em um processo de desapropriação.

Planejamento e construção da Cidade

As características urbanísticas do plano original da cidade estão contidas no discurso de José Antônio Saraiva². Podem ser extraídas de sua correspondência oficial. Isto posto, inicia-se a análise de sua concepção.

Paulo Souza (2004, p. 20) aponta alguns elementos que estabelecem alguns vínculos entre a construção de Teresina e o saber português, entre eles, a nacionalidade portuguesa do proprietário do sítio escolhido, do primeiro contratante das obras públicas da cidade, do responsável pelo alinhamento das ruas e construção de seus primeiros edifícios – os mestres-de-obras João Isidoro da Silva França e José dos Santos e Silva. Além disso, boa parte das famílias que instalaram fazendas de gado na região era de portugueses e os mais importantes comerciantes da nova cidade eram portugueses ou seus descendentes, muitos vindos do Maranhão, assim como os funcionários do comércio e da incipiente burocracia. Para o autor, Teresina é, assim, uma cidade ‘portuguesa’, sob um novo padrão.

Refere-se ao padrão de organização espacial. Apesar de popularesca, a abordagem de Souza fornece indícios das influências do planejamento de Teresina, tendo em vista que o desenho do Plano Saraiva sugere alguns pontos em comum com a cidade colonial portuguesa, através de certos padrões que aparecem na estrutura urbana de Teresina e que são percebidos no processo de planejamento. A criteriosa escolha do sítio, à qual já fiz referência, é o primeiro deles.

Mas, aparentemente, a implantação da cidade impôs um aspecto negativo à sua malha urbana em termos de conforto térmico. As coordenadas geográficas da cidade – latitude 05° 05’ 21” Sul e longitude 42° 48’ 07” Oeste – indicam que a mesma está próxima do equador e, portanto, tem um clima quente.

Em estudo sobre o desenho urbano de Teresina e sua relação com o microclima, Aline Castelo Branco concluiu que, em cidades com climas quentes como o de Teresina, as ruas devem ser (feitas, construídas?) preferencialmente na dire-

2. Presidente da província à época da fundação da nova capital do Piauí.

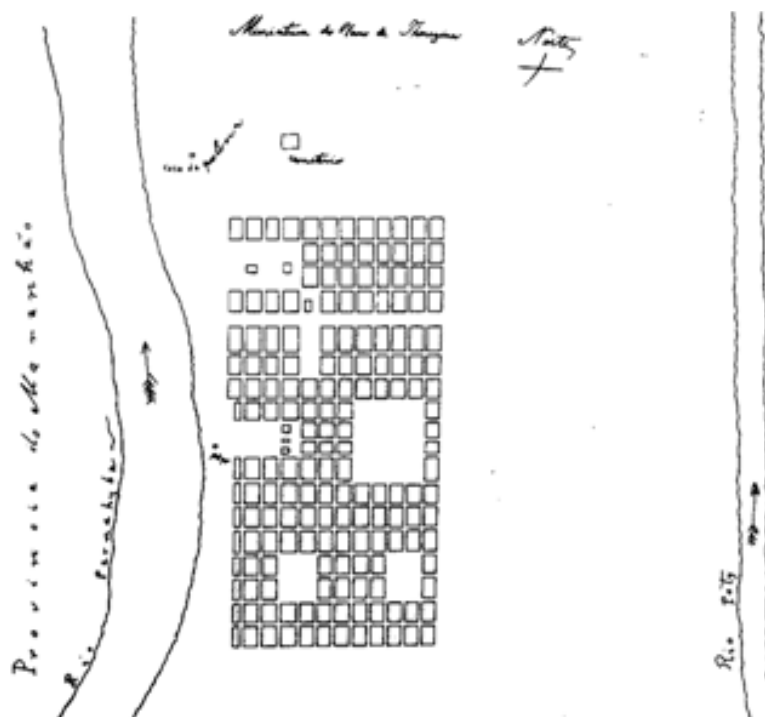


Figura 1

Miniatura do plano de

Teresina. 1850

Fonte: Fundação Monsenhor
Chaves (1987, p. 5).

ção dos ventos dominantes e que as mesmas sejam mais largas, pois deverão também ter a finalidade de fazer com que o ar circule facilmente pela cidade (CASTELO BRANCO, A., 2001).

A inclusão do norte magnético no Plano Saraiva (Figura 1) indica que a orientação N/S e L/O foi considerada na concepção do plano de Teresina. Entretanto, sabendo-se que as ruas da cidade têm orientação Sudeste/Noroeste e Sudoeste/Nordeste e que os ventos dominantes na região têm orientação Sudeste, pode-se considerar a possibilidade de que os eixos do traçado não tenham sido definidos através da aplicação da heliotecnia. No entanto, a desconsideração quanto à orientação do vento dominante também pode significar que os eixos do traçado foram definidos com base na posição geográfica portuguesa.

Mas a orientação da cidade e a naturalidade de seus construtores e moradores não são os únicos indícios de que Teresina foi construída sob a influência da tradição urbanística portuguesa. Há mais. É sobre o que se discorre a seguir.

O urbanismo português caracteriza-se, em diferentes épocas e lugares, pela ocorrência de duas vertentes:

A componente vernácula corresponde, na maior parte dos casos, às primeiras fases de implantação urbana, feitas sem técnicos especializados e em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características topográficas dos seus locais de implantação. A componente erudita está geralmente presente em posteriores fases de desenvolvimento, quando o crescimento urbano ou a importância da cidade justificavam a participação de técnicos especializados, detentores de uma formação teórica. (TEIXEIRA, 2000, p. 1).

A construção de Teresina tem muitos aspectos do urbanismo português em sua vertente erudita. Sua capitalidade lhe conferia importância necessária para justificar um planejamento feito sob base teórica. Seu plano inicial baseado no sistema ortogonal parece seguir as normas urbanísticas da Provisão Real de D. João V (de 1º de agosto de 1747), que traduz a política de Pombal para o traçado urbano e arquitetônico de cidades e vilas e que, além das regras de alinhamento, previa a demarcação da praça em primeiro lugar, com previsão da localização da igreja e de outras edificações públicas (REIS FILHO, 1968). Como tal, na urbanística portuguesa, a praça está vinculada à formação da cidade. “Essas praças cumpriam o papel de marco urbano, de ponto de referência na estrutura da paisagem e, em função dessas características, ainda permanecem como espaços simbólicos na atualidade.” (TEIXEIRA, 2000, p. 77).

Em Teresina, o Auto de Demarcação de seu território informa que o marco zero da cidade é a Igreja Matriz (CHAVES, 2005), o que coloca o adro da mesma como um espaço diferenciado, de caráter religioso e monumental, de importância social e espacial na estrutura da cidade. Ou seja: a Igreja Matriz é o ponto de referência para o traçado da cidade; e seu adro, a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, é o principal elemento estruturador do plano de Teresina³.

Mas essa conclusão e a regularidade do traçado também poderiam vincular o Plano Saraiva ao urbanismo espanhol do século XVIII. Afinal, a fundação das cidades espanholas na América começava pela Praça Maior, de formato quadrilátero e proporção de 600 pés de comprimento por 400 de largura, localizada no centro da povoação (BENÉVOLO, 2009). Porém, embora a Praça Deodoro tenha servido como referência para o traçado das ruas, diferentemente da Praça Maior, as ruas que partem da praça teresinense são em número de três. E se, por um lado, o desenho em tabuleiro de xadrez aproxima o Plano Saraiva do urbanismo espanhol, por outro, essa mesma quadrícula e suas características renascentistas também estão no âmago das atividades urbanísticas portuguesas no Brasil entre o século XVII e XVIII (TEIXEIRA, 2000).

Independentemente da vertente morfológica de origem, a característica fundamental observada no processo de formação das praças e dos conjuntos urbanos coloniais é sua multiplicidade de funções tais como o caráter cívico, religioso e comercial. É a partir dessa abordagem, consolidada na criação de diversos espaços para funções distintas, que a praça portuguesa deixou sua marca nas vilas e cidades ultramarinas da América (CALDEIRA, 2010, p. 36).

Assim como em uma praça portuguesa, os prédios públicos mais importantes da cidade foram implantados no entorno da Praça Deodoro: a sede do governo, o quartel de linha, a igreja matriz, o fórum, o edifício do Tesouro e o mercado público. A proximidade da praça com o rio e a forma de implantação dos edifícios, de frente para o rio, sugerem uma estratégia de defesa e destacam outra similaridade: tipologia edilícia e forma de implantação são contribuições da urbanística colonial portuguesa. Entretanto, a presença do mercado público no entorno da praça é um elemento que diferencia Teresina de outras cidades construídas segundo a tradição portuguesa. Pro-

3. Esta conclusão se apóia no discurso de Saraiva, expresso no ofício enviado ao ministro do Império, visconde de Monte Alegre [José da Costa Carvalho] (1851), em que justifica a mudança da capital, apresenta sugestões de obras e melhorias na região escolhida e sugere a estratégia adotada para facilitar o processo de construção da nova capital: ampliar as dimensões da Praça Deodoro, ultrapassando as 40 X 40 braças próprias do quarteirão, para acomodar, em seu entorno, aqueles que custearam as despesas da transferência da capital. Explica-se assim, pelo viés político, o fato de considerarmos a praça como módulo principal do plano urbano em vez da quadra de 40x40 braças.

**Fotografia 1**

Atividades na praça Deodoro da Fonseca: religiosa (lilás), comércio (vermelho) e institucional (laranja). Teresina (PI). [Final da década de 1900]

Fonte: Acervo IPHAN-PI.

vavelmente, a construção do mercado nesse local se deve à representação simbólica da importância que a atividade comercial deveria exercer sobre a vida da cidade, tendo em vista as estratégias de desenvolvimento econômico que orientaram a mudança da capital e a construção de Teresina.

O Plano Saraiva propõe um traçado racional e funcional que difere do traçado urbano orgânico-funcional das cidades coloniais brasileiras construídas segundo a cultura urbanística portuguesa. Em Teresina, o traçado oferece ruas paralelas simetricamente dispostas e cruzando-se em ângulo reto como um tabuleiro de damas ou de xadrez, resultando em uma malha de ruas e quarteirões em quadrícula funcionalmente hierarquizados. Tem um desenho que remete ao clássico modelo colonial português, mas que difere da retícula proposta para Lisboa depois de 1755, por Eugénio dos Santos.

Enquanto no plano de Teresina a origem do desenho foi uma necessidade econômica e política, no plano de Eugénio dos Santos⁴ a origem do desenho da Baixa foi a necessidade de reconstruir Lisboa. Mas, em ambas as cidades, a lógica do traçado estabelece a praça principal como elemento estruturador de seus desenhos; e em ambos os desenhos percebe-se uma experimentação de conceitos barrocos, como a “racionalidade, formalismo, uniformidade e retilinearidade” (BRAZ E SILVA, 2007, p. 1). Essas similitudes conferem traços da identidade portuguesa ao Plano Saraiva.

Eugénio dos Santos, ao propor um novo padrão para o traçado da Baixa, causou uma revolução na arquitetura e na concepção do urbanismo português do século XVIII. É de se supor que a cultura urbanística portuguesa influenciasse a construção de cidades coloniais portuguesas no Brasil, mesmo as tardias, como Teresina.

A capital piauiense não é uma cidade colonial, pois foi concebida e construída no século XIX, época do Brasil Império. Mas seu plano original apresenta certas características que remetem a alguns aspectos formais do desenho de Eugénio dos Santos e da urbanística portuguesa do século XVIII: traçado ortogonal regular e simétrico; ruas longitudinais e transversais unindo duas praças – em Teresina: a Praça Deodoro e a Praça Rio Branco – e ruas hierarquizadas por sua posição no plano. Seria o caso de se perguntar se o autor do Plano Saraiva conhecia a urbanística portuguesa ou as suas cidades e, por consequência, suas características formais.

Entre outras similaridades com o desenho de Eugénio dos Santos, observe-se a Praça Deodoro e seu derredor (Fotografia 1). Aparentemente, ela tem o mesmo princípio compositivo da Praça do Comércio, em Lisboa. Em relação ao aspecto funcional, por exemplo, a localização das atividades em seu entorno - comer-

4. Autor do plano de reconstrução de Lisboa, Eugénio dos Santos era capitão de engenheiros com carta de arquiteto quando, em 1º de novembro de 1755, aconteceu o terremoto, seguido de maremoto e terrível incêndio, que destruiu grande parte da cidade de Lisboa.

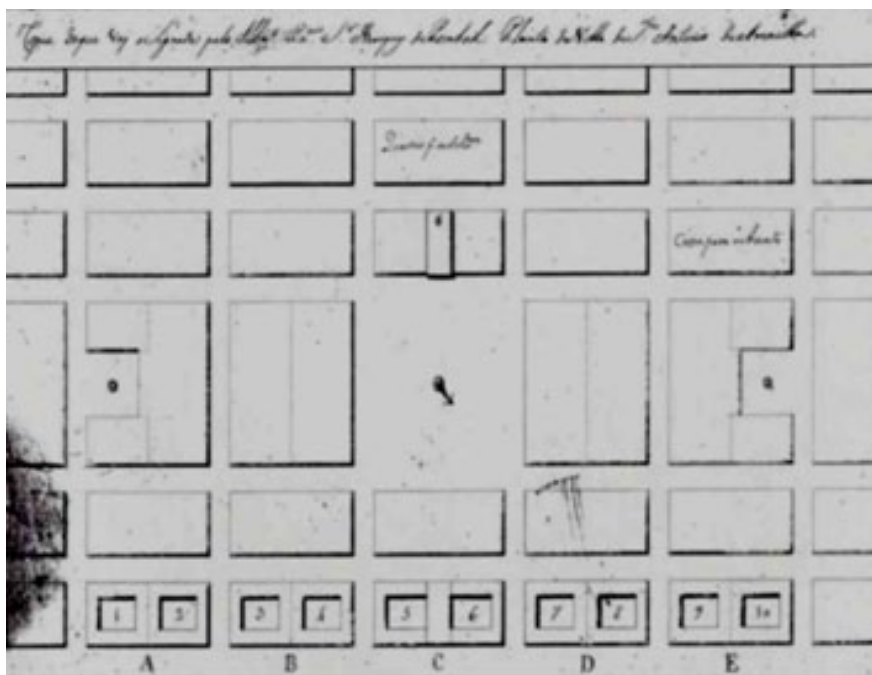


Figura 3

Primeira planta de vila real de Santo Antônio, enviada para o Algarve em janeiro de 1774, Portugal.

Fonte: Correia (1997, p. 469).

cial e institucional - se deve às facilidades para utilizar o Rio Parnaíba como meio de navegação; afinal, a construção da cidade tinha como objetivo concretizar relações políticas e comerciais em termos regionais e o rio era a possibilidade de integração.

A Praça Deodoro, tal como a praça portuguesa, é aberta para o rio e em seu entorno se situam os principais edifícios residenciais e públicos da cidade. Seu terreno é plano, mas apresenta certo caimento em direção ao rio – por esse motivo, e talvez em uma alusão mais direta à praça portuguesa, a área era chamada pelos antigos moradores de “a baixa” (D’ALENCASTRE, 1857). Sua declividade pode ser observada na Fotografia 1, do final do século XIX, onde se pode ver os

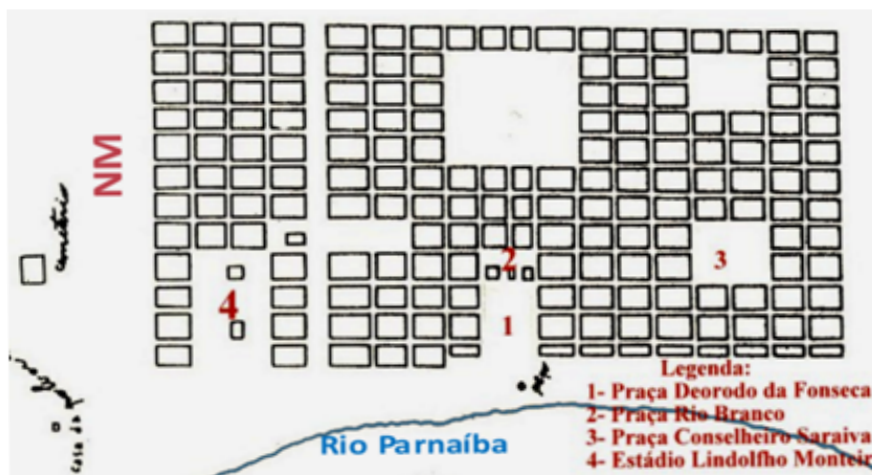


Figura 4

Sistema de praças do Plano Saraiva. Teresina (PI). 1852

Fonte: Intervenção da autora no desenho miniatura do plano de Teresina.

caminhos naturais percorridos através do Largo do Amparo, entre o Rio Parnaíba e a Igreja Matriz (que é vista ao fundo, ainda sem as torres).

Tendo em vista a hipótese de que o planejamento de Teresina é fruto do urbanismo pombalino, o mesmo pode ser considerado em relação a outras cidades portuguesas construídas no século XVIII, pois se pode verificar que o Plano Saraiva também se identifica com o traçado geométrico de Vila Real de Santo Antônio e com o centro cívico e comercial representado por sua praça principal, a Praça Marquês de Pombal⁵.

O plano da cidade foi desenhado pela Casa do Risco de Lisboa, sob a orientação do arquiteto português Reinaldo Manuel dos Santos, e é considerado como sendo a melhor expressão dos princípios racionais e abstratos que embasavam a urbanística portuguesa do século XVIII (CORREIA, 1997). Horta Correia considera que Vila Real de Santo Antônio reproduz a experiência da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, tanto na planificação cuidada da estrutura urbana, facilitada pelo terreno plano, como na utilização de módulos arquitetônicos rígidos (CORREIA, 2007).

Exemplo de urbanismo de fundação, o desenho de Vila Real despreza totalmente as características topográficas do sítio. Sua planta (Figura 3) está inscrita em um retângulo regular e apresenta um traçado de ruas absolutamente ortogonais que definem quarteirões quadrados e retangulares. No centro do plano localiza-se a Praça Marquês de Pombal, quadrada, que corresponde a um quarteirão não construído. Duas outras praças, também quadradas, mas de menores dimensões, localizam-se simetricamente, de um e outro lado, em relação à praça central.

Assim como em Vila Real, o Plano Saraiva propõe a cidade inscrita em um retângulo e localiza os poderes estabelecidos em sua praça principal (Figura 4). Na praça da cidade portuguesa estão os principais elementos urbanos do século XVIII: a igreja, a câmara municipal e a casa da guarda – que não está presente na praça de Teresina.

Teresina, assim como Vila Real, foi construída rapidamente e em ambas a pressa ocorreu devido a contingências econômicas e políticas. Enquanto em Teresina o desenvolvimento econômico e a integração regional deram origem à nova cidade, a construção de Vila Real de Santo Antônio originou-se de uma estratégia econômica, política e territorial de afirmação do Estado português, face ao Estado espanhol. Nesse processo, prevaleceu o desejo do Marquês de Pombal em atender a dois objetivos fundamentais: “o controle do negócio das pescarias e a afirmação absolutista do poder régio [...]” (FIDALGO, 2010, p. 7) na zona de fronteira com a Espanha.

Apesar dos motivos econômicos que estiveram na origem de suas fundações,

5. Cidade situada na região do Algarve, às margens do Rio Guadiana, Vila Real de Santo Antônio foi fundada em 30 de dezembro de 1773.

entre Teresina e Vila Real de Santo Antônio houve uma diferença fundamental: a função dessas cidades. Enquanto a primeira tinha a capitalidade, a segunda tinha uma função fabril. Como observa Correia (1997, p. 125): “Toda a malha urbana estava pensada em função do conceito da vila-fábrica. Os quarteirões da frente ribeirinha albergavam a ‘linha de produção’, isto é, os edifícios onde se processava a actividade industrial propriamente dita.”

Mas, de modo geral, a comparação entre a urbanística portuguesa praticada no Brasil e o Plano Saraiva também aponta algumas diferenças.

Praças como o Largo da Matriz, atual Deodoro da Fonseca, estão na origem da forma portuguesa de ocupar o território como um todo. Elas são o elemento estruturador da apropriação e ordenação física dos aglomerados. Nas vilas e cidades fundadas do século XVIII, a praça portuguesa sempre foi definida por regras⁶, como se pode observar no seguinte trecho da Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1747, s./p.):

No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face e, em um dos lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradas em boa ordem.

A malha urbana proposta no Plano Saraiva tem proporção métrica, em que o módulo é dado pela praça principal (Praça Deodoro): em sua figura geométrica, o lado maior equivale a três módulos; o menor, a dois. E é neste aspecto, a origem do módulo, que o planejamento de Teresina difere de outras cidades coloniais portuguesas regulares, onde o módulo mais provável é o palácio. É o caso de Damão, colônia portuguesa na Índia, exemplo bem-sucedido de cidade colonial além-mar, apesar de seu desenho regular não ser usual entre as cidades portuguesas antes da reconstrução de Lisboa em 1755.

A Praça Deodoro, assim como toda a cidade, demonstra que o plano inicial de Teresina seguiu as determinações da Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1747). Atualmente, as aplicações de muitas dessas determinações ainda podem ser observadas in loco.

Diferentemente da praça quadrada, localizada no centro da povoação, comum à cidade colonial portuguesa (REIS FILHO, 2000), a Praça Deodoro tem formato retangular, não se localiza no centro geométrico do plano e sua proporção métrica também difere daquela apresentada pela praça portuguesa – é maior: tem 1.200 palmos, o que equivale a três quarteirões de sua malha urbana. Em uma de suas faces se localiza a Igreja Matriz – poder que não se faz presente na praça⁷ portuguesa.

6. Estas regras, marcadamente de intenções urbanísticas, deram origem à aplicação de traçados regulares como os de Teresina, que, apesar das semelhanças, representam uma mudança em relação ao modo tradicional de ocupação colonial anterior ao século XVII, quando não aparecia a busca pela regularidade geométrica, mas o predomínio dos aspectos locacionais, com a malha racional e organicamente adaptada à topografia.

7. A propósito destas alterações, que aqui se presume tenham sido feitas por Saraiva, até o momento, para esta pesquisa, não se encontrou desenho ou mapa, anterior ao que se conhece, que confirme as palavras do presidente da Província.

A implantação isolada das edificações em seus lotes, tanto em torno da Praça Deodoro como em toda a cidade, diferencia os quarteirões em Teresina do quarteirão português.

No entorno da praça principal, diferentemente do desenho de Eugênio dos Santos, o Plano Saraiva apresenta três quarteirões em cada face leste e oeste da praça (como pode ser observado na Figura 1) e foi resultado das intervenções de Saraiva no plano da cidade, como ele próprio afirma:

[...] pela planta [remetida junto ao ofício] conhecerá que a Vila se começará muito regularmente. Nessa planta fiz uma mudança [...] [...] fazer sair na grande praça três ruas em lugar de duas, formando três quarteirões dos dois que existem na mesma planta. Os seis quarteirões da grande praça estarão ocupados por belas casas, [...] (PIAUI, 1851-1853, p. 3).

As palavras de Saraiva sugerem que o desenho da cidade, além do caráter prévio, também tem conotação política. Seu discurso evidencia um jogo de interesses e uma estratégia inteligente. Tendo em vista que a Praça Deodoro seria a área mais importante de Teresina, porque ao seu redor se concentrariam os poderes locais, o presidente da província deduzia que um número maior de quarteirões ao redor da praça significava mais notáveis instalados na principal área da cidade, o que agradaria aos proeminentes da Vila do Poti, os quais custearam as despesas da transferência da capital, além de arregimentar mais pessoas interessadas em investir na região para facilitar o processo de consolidação da nova capital.

O Plano Saraiva propõe um quarteirão com quarenta braças de frente e quarenta braças de profundidade: “A ocupação da cidade foi facilitada pela doação de ‘quarteirões’ de 40 x 40 braças ou 1600 braças quadradas a setenta famílias, onde instalaram residências com plantios e criação de animais coletivos.” (MONTEIRO, 1987b, p. 89).

Ainda de acordo com Orgmar Monteiro, o discurso de Saraiva demonstra que, dos 100 quarteirões previstos, inicialmente, 70 deles foram cedidos a 70 famílias. Isso faz supor que o sistema cadastral proposto era de um lote por quarteirão e que sua tipologia residencial fosse do tipo unifamiliar. Apesar da edificação em Teresina ser alinhada com a rua, o sistema cadastral tinha muito mais diferenças do que semelhanças com Lisboa.

Por sua divisão cadastral, ocupação e tamanho, o quarteirão em Teresina parecia um pequeno sítio ou chácara: “Todas são casas de cento e tantos palmos de frente” (CHAVES, 1998, p. 508). Os lotes em geral tinham amplos quintais destinados à criação de animais e plantio de árvores frutíferas.

Em relação à arquitetura construída, o Plano Saraiva e alguns documentos históricos consultados - Documentos 21 e 30, do Livro de Registro de Ofício da Presidência n. 224 (PIAUI, 1850-1853) – apontam para a existência de uma tipologia tipicamente portuguesa, como, por exemplo, a igreja, a praça, a Câmara,

a cadeia, a Casa de Misericórdia, entre outros. Além do planejamento dessa tipologia, fato já mencionado, a documentação histórica registra a existência de dois tipos de edifício residencial: as casas sólidas e as “frágeis, de palha” (CHAVES, 1998, p. 39). As frágeis eram habitadas pela grande maioria da população, enquanto as sólidas eram construídas em alvenaria de pedra, madeira e barro (tijolos de adobe) e ocupavam lotes compatíveis com a importância social e financeira dos seus ocupantes.

Quanto às ruas da cidade, provavelmente demarcadas ao cordel, foram desenhadas para ter 45 palmos. Medições efetuadas no bairro Centro – que preserva o traçado original –, mostraram que as ruas têm essa dimensão (10,00 metros), com exceção da atual Av. Campos Sales, que, como o plano determina, é mais larga. É o caso de se perguntar o que havia na região da Av. Campos Sales para que ela tivesse dimensões diferenciadas⁸.

A regularidade das dimensões da quase totalidade das ruas demonstra certa conformidade com a Provisão Régia de 1747 e com as Cartas Régias, de 1761 e 1762, sobre a criação e fundação de cidades e vilas no Piauí (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1747, 1761-1762), o que leva a inferir que é possível o Plano Saraiva ter sido concebido em conformidade com o que se ensinava em Mafra (ARAUJO, 2007)⁹. Afinal, a partir do século XVIII, todos aqueles que construíram no Brasil podem ter sofrido suas influências. Mas, seja por conhecer Lisboa, seja por cumprir as ordens régias ou pelos conhecimentos de Mafra, o certo é que o autor do plano original de Teresina ficou exposto a tais influências e desenhou um plano com características próprias do arruamento – processo de urbanizar tipicamente português, caracterizado por eixos ortogonais que nascem na praça da matriz e dão origem a quarteirões regulares.

A confrontação entre o arruamento proposto no Plano Saraiva e a leitura de alguns exemplares da literatura portuguesa¹⁰ colocou em evidência certa pertinência teórica de seu traçado, principalmente quanto a sua geometria.

Luis Miguel Martins Gomes (2007, p. 170) afirma, em *Geometria nos traçados urbanos de fundação portuguesa – o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas*, que:

É, contudo, em documentos ligados com a prática do urbanismo nacional, e muito em particular mais uma vez no Brasil, território onde o impulso urbanizador de Pombal se fazia sentir, que encontramos algumas indicações sobre marcação de terrenos, limites territoriais, ou de sistematização de modos de actuar no terreno que têm relação com as propostas de Figueiredo Seixas, nomeadamente referências ao sistema de léguas de terreno atribuíveis a povoações e ao modo de demarcação dos mesmos.

8. Sabe-se que nessa área existia uma elevação conhecida como Alto da Pitombeira, mas, provavelmente, a diferença de dimensões não se deve à característica topográfica, mas sim à preexistência de alguma via de acesso à propriedade de alguém importante na sociedade local, seja por sua condição financeira e/ou prestígio político.

9. Citando Renata Malcher de Araújo, em aula sobre o tema “O Brasil e a rede do oriente – estratégia de ocupação e gestão do espaço”, ministrada na disciplina “A Escola Portuguesa de Arquitetura e Urbanismo”, do curso de Doutorado em Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, em 11 de setembro de 2007.

10. Sobre seu modo particular de fazer cidades.

A confirmar o que diz Luis Gomes, a leitura do Auto de Demarcação (ACERVO CAB, 1852) do patrimônio territorial de Teresina remete ao Tratado da Ruação¹¹, de Figueiredo Seixas, mais precisamente ao trecho em que o manual se refere ao princípio ordenador do território e determina a divisão do território em quadrados com meia légua de lado e com arestas orientadas para os quatro pontos cardeais, Norte, Sul, Este e Oeste. O Plano Saraiva tem a Igreja Matriz como o centro de um eixo compositivo que divide o território de Teresina em dois quadrados, um ao norte e outro ao sul da igreja, ambos com 1.500 braças (meia légua) de lado. Sabendo-se que a légua patrimonial do termo de Teresina equivale a seis léguas, tem-se que meia légua patrimonial corresponde a 1.500 braças¹². Trata-se de um indicativo de que o Plano Saraiva adotou o princípio ordenador do território de Seixas. A quadrícula e sua proporção métrica são outros indicativos, pois, segundo Luis Gomes (2007, p. 232), essa malha é um procedimento metodológico que servia de base compositiva e de escala do desenho, processo recomendado em todos os manuais de desenho da época.

No urbanismo colonial português, a existência de um padrão formal e o sentido de regulação são princípios compositivos que se expressam através da utilização do quarteirão como módulo da estrutura urbana e da centralidade que caracteriza o desenho desta estrutura. Em Teresina, um e outro, respectivamente, são percebidos na geometria da malha urbana e na lógica que orientou a construção de seu traçado e que estabeleceu a Igreja Matriz como ponto de referência e a Praça Deodoro como elemento estruturador do desenho de Teresina.

A compatibilidade de certos princípios do Plano Saraiva com as normas apontadas por Gomes pode indicar que o autor do plano original tivesse conhecimento do manual de Seixas. Se não diretamente, talvez indiretamente, através da experiência e da experimentação de Lisboa, que, junto à Vila Real de Santo Antônio, constitui o exemplo mais forte do urbanismo pombalino no território português.

Conclusão

Teresina é exemplo de urbanismo de fundação de cidade capital. Sob o ponto de vista do planejamento, foi pensada como um território estratégico. Afinal, o terreno escolhido para implantar a nova cidade tem centralidade adequada à gestão do território e à dinâmica social entre cidades e vilas piauienses. O objetivo de se construir um centro urbano no Piauí que tirasse a hegemonia comercial de Caxias (MA), em relação às cidades piauienses, comprova o desejo de fortalecer uma rede urbana na província e significa que a cidade

11. Manual arquitetônico e urbanístico representativo da cultura genérica dos engenheiros à época dos anos 1700, o Tratado da Ruação de José de Figueiredo Seixas, ainda pouco estudado, foi descoberto por Rafael Moreira no ano de 1984 (ver MOREIRA, 1984).

12. Renata Araujo (1998), em sua obra sobre o urbanismo amazônico, lembra que já no início do século XVIII se utilizava a légua como medida dos terrenos a serem administrados por qualquer cidade de fundação.

de Teresina foi concebida para ser o principal ponto na escala de uma rede regional.

A análise do plano inicial da cidade confirma que existe uma relação do núcleo histórico de Teresina com o modo português de fazer cidade, que se manifesta através do procedimento que adota a quadricula como base compositiva auxiliar do desenho e que se caracteriza por apresentar princípios compositivos, como modulação e sentido de regulação; considerar aspectos técnicos, como critérios funcionais; e por adotar uma estratégia política para ocupação do território.

O desenho da cidade denota um cuidado no planejamento. A fixação prévia do tamanho da cidade em 100 quarteirões, por exemplo, tem um significado importante em relação ao caráter científico da atividade urbanística. Relaciona-se à preocupação com aspectos técnicos, como densidade, superfície, fluxo, dimensões etc. No Plano Saraiva, as necessidades funcionais da cidade a ser construída eram compatíveis com a extensão territorial da nova capital; haja vista que os quarteirões desenhados são suficientes para abrigar os edifícios públicos, os habitantes da antiga Vila do Poti e a presumida população a ser transferida de Oeiras. A escolha do sítio é outro elemento que denota o caráter de planejado plano Saraiva. Constituiu-se em uma estratégia política de ocupação, peculiar da urbanística portuguesa. Ela ocorreu em função de sua relação com o território, mas também foi pensada em termos de condições de acessibilidade, de topografia e de clima.

O desenho do plano contém articulações importantes que revelam o cuidado com o fazer urbano e que são próprias do planejamento prévio. Tais articulações referem-se ao equilíbrio nas inter-relações urbanas, nas funções, nas condições de uso etc. No caso da Praça Deodoro, por exemplo, o desenho urbano apresenta uma relação proporcional entre a largura e a volumetria do espaço livre principal e as dimensões dos edifícios localizados ao seu redor. Nele, também há equilíbrio entre a localização de certas atividades, como comércio e serviços, e a hierarquia entre alguns espaços públicos. O Plano mostra ainda que as relações entre cheios – áreas edificadas – e vazios – áreas livres – são proporcionais em volume e adequadas ao clima.

As evidências da pertinência funcional (distribuição das atividades) e dimensional (modulação baseada na geometria) do Plano Saraiva demonstram que o desenho do núcleo original de Teresina foi baseado em regulamentos e traz especificidades formais do urbanismo português do século XVII ao século XVIII, embora tenha sido construída no século XIX. Entre as especificidades estão: racionalidade e abstração em relação ao sítio, a légua como módulo de demarcação do território, o traçado ortogonal simétrico e os eixos que nascem na praça da matriz e dão origem a quarteirões regulares.

O traçado de Teresina é retilíneo e ortogonal, características que remetem às determinações pombalinas definidas nas Cartas Régias de 1750 e de 1761¹³. Seu desenho manifesta a predominância do arruamento como processo de constituição do núcleo e lembra o padrão português do Século XVIII (as ruas: direita e nova) a partir de sua disposição na malha e função dos edifícios. É o caso da primeira grande via estruturante da cidade, a Rua Rui Barbosa (rua direita), que se desenvolve ao longo do rio, porém, em uma cota bem mais alta.

A organização espacial de Teresina também aproxima o plano Saraiva ao modo português de construir cidades. A documentação histórica da cidade demonstra que seu território se organiza a partir de uma tipologia típica da urbanização portuguesa, a Igreja Matriz, e registra a existência de outras tipologias: Câmara, cadeia, Casa de Misericórdia, fórum, Tesouro etc. A praça principal, em Teresina, tem tipologia edilícia com forma de implantação que aponta para uma estratégia de defesa, comum à urbanística colonial portuguesa.

Do ponto de vista morfológico, o desenho de Teresina tem outras características que são próprias da cidade portuguesa do século XVIII. Além da existência de um plano de ordenamento e ocupação do território, da ocorrência de um padrão morfológico regular e do traçado construído em função do espaço público, constata-se o unidirecionamento da malha, a articulação do traçado com a topografia, a localização dos edifícios institucionais de forma a interferir na estruturação do traçado urbano, a estrutura urbana uniforme, algumas ruas como linhas estruturantes da cidade e a constância da estrutura de loteamento.

Dessa forma, o plano original de Teresina e a sua implantação denotam um processo de construção baseado em regulamentos (SCHÜRMAN, 1999) que endossam a tese de que a implantação de Teresina ocorreu de acordo com um planejamento prévio, cujas características o relacionam à tratadística arquitetônica e urbanística colonial portuguesa.

A constatação das similaridades do Plano Saraiva com a urbanística portuguesa traz novamente à tona as ideias¹⁴ de Roberta Delson (1997) sobre a existência de planejamento nas atividades de colonização portuguesa¹⁵. De acordo com

13. A primeira carta define a política pombalina de reorganização administrativa das capitanias do norte da Colônia, entre elas, São José do Piauí, e a segunda determina as características de sua planificação. Através da segunda carta, o Rei Dom José determinava ao primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas, que adotasse traçado retilíneo e ortogonal nas ruas – característica barroca – e a padronização de fachadas nas vilas (BARRETO, 1938).

14. Delson constatou a existência de um programa de construção de cidades brasileiras no século XVIII através do exame dos requisitos administrativos e predileções arquitetônicas em pequenas vilas localizadas no interior do Brasil. Entre elas, Mocha (atual Oeiras), Piracuruca e São João da Parnaíba (Parnaíba), cidades do Piauí. Este programa sistematizado numa filosofia de planejamento urbano com base humanística tem diretrizes claras e precisas: (a) promover a modernização dos espaços construídos e dos colonos, o que gerou um modelo de projeto urbano, e (b.) a associação entre o crescimento urbano controlado e a aceitação da autoridade portuguesa no sertão brasileiro.

15. No Brasil, estas ideias foram acatadas por vários autores e discutidas por Nestor Goulart dos Reis Filho, em *Evolução urbana do Brasil*, e Paulo Ormino de Azevedo, em *Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens*. Esses autores desenvolveram pesquisas sobre várias cidades coloniais brasileiras do século XVIII, analisando seus traçados e concluindo que sua regularidade é resultado de um processo de planificação anterior às suas fundações.

Delson (1997), o surgimento da grande maioria de vilas e cidades novas se deve a objetivos políticos bem definidos e segue um modelo de projeto urbano¹⁶ – algumas de suas características são encontradas em Teresina. A regularidade do traçado, por exemplo, pode ser fundamentada em certo caráter pragmático do urbanismo português, que visa à racionalização de recursos, à simplificação de procedimentos e à padronização dos lotes para evitar confronto entre os moradores da cidade. Suas deformações, mencionadas por Monteiro (1987), podem ser explicadas pela tese defendida por Azevedo em relação a Salvador, João Pessoa, Rio de Janeiro, São Luís e Belém. O autor, por meio da análise dos traçados das cidades mencionadas, defende que o urbanismo português não segue um modelo geométrico rígido. Trata-se de uma adaptação que prioriza a topografia e as demandas sociais e que se reflete na flexibilidade da trama urbana, na articulação das praças e na informalidade dos loteamentos (AZEVEDO, 1998). Como tal, a construção da rede urbana brasileira ilustra o êxito do programa urbano português experimentado no século XVIII, haja vista que seus princípios foram utilizados na reconstrução de Lisboa e, depois, no século posterior, na capital do Piauí.

Mas, apesar das semelhanças, vimos que há muitas diferenças entre a urbanística portuguesa e a fundação de Teresina. Acredita-se que tais diferenças signifiquem uma adaptação do modelo colonial português às especificidades locais. Nesse sentido, convém destacar algumas delas:

- a) a implantação no interior da região (distante do litoral) e o aproveitamento da navegabilidade do Rio Parnaíba promoveram a articulação com outros núcleos urbanos;
- b) a criteriosa escolha de localização do núcleo inicial às margens do Rio Parnaíba demonstra uma lógica territorial voltada para a eficiência do desenvolvimento urbano regional;
- c) o traçado original de Teresina tem forte ingerência política e traduz as necessidades de acomodar novas funções urbanas, mas, principalmente, é um elemento que permite inferir uma lógica evolutiva e estruturadora da cidade baseada na racionalização e simplificação de procedimentos¹⁷. Seu arruamento é um elemento que tem papel determinante na estruturação do território urbano: não tem limites e amplia-se através da acumulação de quarteirões à medida que a cidade cresce;
- d) a cidade apresenta alguns elementos ordenadores do espaço (praças, por

16. As características deste modelo são: traçado originado a partir de sítio apropriado para a praça central (topografia plana); ênfase em ruas retilíneas; demarcação do local de igreja, câmara, cadeia e outros prédios públicos; praças regulares; uniformidade de elementos arquitetônicos; pelourinho implantado no centro (símbolo da autoridade portuguesa); residências com lotes em linha reta, fachadas no mesmo estilo; e interação dos elementos arquiteturais. A autora avalia que a aplicação deste modelo no Brasil gerou a padronização dos aglomerados independentemente de sua situação geográfica e serviu como oportunidade de experimentação urbana dos conceitos barrocos (racionalidade, formalismo, uniformidade e retilineidade) do planejamento português – que depois foram aplicados na reconstrução de Lisboa.

17. Sobre este tipo de traçado consultar Paulo Ormindo de Azevedo (1998).

exemplo), cujas articulações (relações urbanas, funções, condições de uso etc.) os revelam como geradores de crescimento e determinantes de aspectos atuais da forma urbana;

- e) a regularidade do Plano Saraiva é explicada por sua geometria e pela imperiosa contenção de gastos no processo de mudança da capital.
- f) os princípios urbanísticos utilizados na concepção do plano de Teresina são: o caráter paisagístico e ambiental; o propósito cenográfico de exploração da paisagem fluvial; a geografia do sítio como elemento definidor do traçado; a busca por uma disposição ordenada e equilibrada, distante dos arruamentos irregulares; o balizamento do núcleo gerador da malha pelo complexo praça/igreja, morfologia tipicamente seiscentista; a implantação das edificações e do arruamento ajustada segundo a orientação Oeste/Leste, e a proteção ambiental contra enchentes, percebida na implantação das edificações com distanciamento das margens do rio.

A observação em conjunto das semelhanças e diferenças entre a urbanística portuguesa e a fundação de Teresina revela a materialização de elementos da tradição urbana. Entre outros: a manifestação de conceitos barrocos (racionalidade, formalismo, ortogonalidade e uniformidade), a presença da urbanística clássica no traçado da cidade através da uniformidade e regularidade e a ocorrência de aspectos que se verificam de forma similar na urbanística portuguesa e na iberoamericana como, por exemplo, a importância simbólica adquirida pela praça principal no contexto social urbano e de desenho (sua escala e hierarquia como origem da malha urbana). Essa peculiaridade evidencia um planejamento com maior peso da vertente erudita e permite inferir que o plano urbano de Teresina reflete uma urbanística brasileira imperial que se afigura como uma evolução da urbanística luso-colonial.

Para encerrar, cumpre ainda mencionar que a análise da documentação histórica sobre a fundação da cidade forneceu elementos importantes para o entendimento do plano original de Teresina, mas também impôs alguns questionamentos. O primeiro deles se refere à autoria do plano. Embora o esclarecimento dessa questão não seja o foco deste artigo, a documentação pesquisada – Ofício 13 de março de 1851, Livro de Registros Diversos n. 181 (CAB, 1850-1851, p. 35) – levou a estabelecer vínculos entre o discurso de Saraiva e a autoria do plano da cidade.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. Lisboa. Projeto Resgate. Documentos avulsos, Brasil, Capitania do Piauí: Caixa 7, documento 13; Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, estabelecia com detalhes as regras para a construção dos espaços públicos.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. Lisboa. Cartas Régias de 1761-1762.

AUTO DE DEMARCAÇÃO. 1852. In: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira [Monsenhor]. **Obra completa**. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p 181.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: origens. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). **Coletânea de Estudos: universo urbanístico português 1415-1822**. Lisboa: Maiadouro, 1998. p. 39-70.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 193-219, 1938.

BENÉVOLO, Leonardo. **Historia da cidade**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAZ E SILVA, Ângela Martins Napoleão. Lua, sonho, ruas, histórias, tudo Teresina. **O Dia**, Teresina, 16 ago. 2007, p. 2-3. (Encarte Comemorativo do aniversário da cidade).

CASA ANÍSIO BRITO (CAB). Arquivo Público do Estado do Piauí. **PIAUÌ, Província, Livros de Registro de Ofício da Presidência**: Livro nº 221, 1850-1854, p. 51-57.

_____. Arquivo Público do Estado do Piauí. **PIAUÌ, Província, Livros de Registro de Ofício da Presidência**: Livro, nº 224, 1850-1853, fl. 14 - 80 - CAB, nº 160-199.

_____. Arquivo Público do Estado do Piauí. **PIAUÌ, Província, Livros de Registro de Ofício da Presidência**: Livro nº 229, 1851-1853, p 40-44.

_____. Arquivo Público do Estado do Piauí. **Série Correspondência, Sala do Poder Executivo**: Correspondência do Presidente da Província aos funcionários públicos, Livro nº 179, Estante 02, Prateleira 02, 1847-1850.

_____. Arquivo Público do Estado do Piauí. **Série Correspondência, Sala do Poder Executivo**: Correspondência do Presidente da Província aos funcionários públicos, Livro n. 181, Estante 02, Prateleira 02, 1850-1852.

CASTELO BRANCO, Aline Elvas. **O desenho urbano e sua relação com o microclima: Um estudo comparativo entre duas áreas centrais de Teresina**. 2001. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação. em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira [Monsenhor]. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

_____. **Obra completa**. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CORREIA José Eduardo Horta. **Vila Real de Santo António**: urbanismo e poder na política pombalina. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria chronologica, histórica e corographica da Província do Piauí. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XX, p. 5-165, 1º trimestre de 1857.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

FIDALGO, Andrea. Apresentação. In: MENDES, Antônio Rosa (Coord.). **Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista**. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010. p. 1-9.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GOMES, Luís Miguel Martins. **Geometria nos traçados urbanos de fundação portuguesa - o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas**. 2007. 352 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2007. p. 162-287. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/298>>. Acesso em: 28.julho.2010

MONTEIRO, Orgmar. **Teresina descalça**: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimentos dos novos. Fortaleza: Ioce, 1987a, v. 1.

_____. **Teresina descalça**: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimentos dos novos. Fortaleza: Ioce, 1987b, v. 2.

MOREIRA, Rafael. Uma utopia urbanística pombalina: o Tratado de Ruação de José Figueiredo Seixas. **Pombal Revisitado**, Lisboa, Imprensa Universitária, v. II, n. 35, 1984.

PIAUI. Livro de Registro de Ofício da Presidência n. 221, 1850-1854, p. 51-57. Disponível no Acervo Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAUI. Livro de Registro de Ofício da Presidência n. 224, 1850-1853, fl. 14-80, CAB n. 160-199. Disponível no Acervo Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Estado do Piauí.

REIS FILHO, Nestor Goulart dos. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

_____. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 3, 1994.

_____. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Segunda parte: séculos XIX e XX. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 9, set./out. 1995.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 2000.

ROCCA, Luísa Durán. A cidade colonial ibero-americana. A malha urbana. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Teoria, História e Crítica em Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação\PROPAR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, outubro de 2002.

SARAIVA, José Antônio. Ofício (cópia) de José Antônio Saraiva, presidente do Piauí ao ministro o império, visconde de Monte Alegre [José da Costa Carvalho], relatando a viagem que empreendera aos municípios de Poti e São Gonçalo - Apresentando sugestões de obras e melhorias que se lhe afiguravam necessárias, inclusive a mudança da capital. MFN: 02069, 00000, I-DPP-20.12.1850-Sar-L. nº 4. Piauí, 20/12/1850. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

_____. Relatório. 1852. Caixa n. 01, Envelopes referentes ao período de 1845 a 1855. (Série Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual). Disponível no Acervo Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Estado do Piauí.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **Teresina**. Teresina: Pulsar, 2004.

TEIXEIRA. Manuel. **Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira: colóquio a construção do Brasil urbano**. Lisboa: Convento da Arrábida, 2000.